

## ANÁLISE DO USO DA “TABELA DE ASSUNTOS” PELOS SERVIDORES DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAÍBA

Rebeca de Oliveira Patrício<sup>1</sup>  
Raimunda Fernanda dos Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:**Estuda aspectos relativos ao uso da Tabela de Assuntos para fins de descrição do conteúdo de documentos judiciais e extrajudiciais pelos servidores da Procuradoria da República na Paraíba. Apresenta inicialmente discussões teóricas acerca dos usuários, vocabulário controlado e recuperação de documentos arquivísticos. Tem como objetivo geral compreender, na perspectiva dos usuários desse sistema, as matrizes motivadoras e/ou impasses no uso da Tabela de Assuntos como instrumento que possui vocabulário controlado. Objetiva especificamente: Identificar o perfil dos usuários do Sistema Único que atuam como indexadores; Elucidar as impressões dos usuários quanto ao uso do vocabulário controlado para fins de descrição do conteúdo dos documentos e recuperação dos mesmos. Utiliza como metodologia a pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa e aplicação de questionário estruturado. Apresenta como resultado que a maioria dos servidores pesquisados identificaram vantagens quanto ao uso do vocabulário controlado, sendo motivados a utilizar devido a sua capacidade de facilitar nas atividades de indexação e recuperação por assunto dos documentos.

**Palavras-chave:** Indexação de documentos. Recuperação de documentos. Tabela de assuntos – Procuradoria da República da Paraíba. Usuários. Vocabulário controlado.

## ANALYSIS OF THE USE OF THE "TABLE OF AFFAIRS" BY SERVANTS OF THE ATTORNEY OF THE REPUBLIC AT PARÁBA

**ABSTRACT:**Studies aspects related to the use of the Table of Subjects for the purpose of describing the content of judicial and extrajudicial documents by the servers of the Attorney of the Republic in Paraíba. It initially presents theoretical discussions about users, controlled vocabulary and retrieval of archival documents. Its general objective is to understand, from the perspective of the users of this system, the motivating matrices and / or impasses in the use of the Table of Subjects as an instrument that has controlled vocabulary. Objective Specifically: Identify the profile of users of the Single System that act as indexers; Elucidate the users' impressions regarding the use of the controlled vocabulary for purposes of describing the content of documents and retrieving them. It uses as methodology the

---

<sup>1</sup>Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: oliveira.rebeca@gmail.com

<sup>2</sup>Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). E-mail: nandaflorania@gmail.com

descriptive research with qualitative-quantitative approach and structured questionnaire application. As a result, most of the servers surveyed identified advantages over the use of controlled vocabulary, being motivated to use them due to their ability to facilitate in the indexing and retrieval activities by subject of the document.

**Keywords:** Indexing of documents. Document recovery. Table of Matters - Attorney of the Republic of Paraíba. Users. Vocabulary controlled.

## 1 INTRODUÇÃO

A prática do ser humano deregistrar as suas ideias e pensamentos em suportes é antiga. As pinturas em cavernas e as cartas das expedições realizadas por Portugal são exemplos desse feito. A necessidade em aperfeiçoar a comunicação e os registros informacionais resultou na criação de tecnologias que viabilizam a produção, o acesso e o uso da informação.

A criação da imprensa, desenvolvida na China, foi propulsora na reprodução em massa, sendo capaz de gerar inúmeros documentos. O impacto social que a mesma resultou foi significativo. Entretanto foi durante e após a Segunda Guerra Mundial, com as tecnologias computacionais, que os documentos foram gerados demasiadamente -resultando no desenvolvimento e aperfeiçoamento de estudos para que os mesmos fossem geridos, recuperados, preservados, acessados e conservados de maneira adequada pelo tempo necessário (FREIRE, 2006).

Diante desse cenário, torna-se válido lembrar os dois paradigmas basilares relacionados ao campo da Arquivologia, são eles: o paradigma Custodial e o Pós-custodial. O primeiro está correlacionado às práticas tecnicistas e instrumentais no tratamento dos documentos, sendo influenciado pelo “desenvolvimento do Positivismo nas Ciências Sociais e Humanas” (ARAÚJO, 2011, p.123). O interesse dos arquivistas dessa época voltava-se, por exemplo, às atividades de preservação, descrição e arranjo, como demonstra a publicação do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, popularmente conhecido como “Manual dos Arquivistas Holandeses”, de S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin de 1898<sup>3</sup>.

O paradigma Pós-custodial, por sua vez, aparta-se dos interesses tecnicistas, priorizando e dedicando às práticas realizadas nos arquivos aos seus usuários e às construções sociais. O mesmo se inclina “para a própria ação humana de criar, interpretar, usar, selecionar e distribuir os vários produtos e registros do conhecimento” (ARAÚJO, 2011, p.126).

Consentindo com os pressupostos do paradigma Pós-custodial, que consideram,o

---

<sup>3</sup> ARQUIVO NACIONAL. Manual de arranjo e descrição de arquivos. 2. ed. Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

arquivo enquanto fluxo, imaterial e enquanto fontes da construção social que viabiliza a interação com o usuário, especificamente no que condiz aos estudos de usuários; como também reconhecendo a significância da descrição arquivística -prática de destaque do paradigma Custodial, tem-se o seguinte questionamento: Quais são as matrizes motivadoras e/ou impasses dos funcionários da Procuradoria da República no Estado Paraíba – (PRPB) em relação ao uso do vocabulário controlado para fins de descrição do conteúdo dos documentos?

A Procuradoria da República no Estado da Paraíba utiliza um *software* denominado “Sistema Único”. Esse abrange distintas funcionalidades, dentre elas, a indexação de documentos.

Diante desse contexto, o objetivo geral do presente estudo é compreender, na perspectiva dos usuários desse sistema, as matrizes motivadoras e/ou impasses no uso da Tabela de Assuntos como instrumento que possui vocabulário controlado. Para isso foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o perfil dos usuários do Sistema Único que atuam como indexadores;
- Elucidar as impressões dos usuários quanto ao uso do vocabulário controlado para fins de descrição do conteúdo dos documentos e recuperação dos mesmos.

Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida através de um embasamento teórico e bibliográfico, composto em sua maioria por autores da Arquivologia e Ciência da Informação. Além disso, esta pesquisa é caracterizada como um estudo de campo e descritivo. Para a análise dos dados obtidos através da aplicação do questionário estruturado com os sujeitos, foi utilizada a abordagem quali-quantitativa. A primeira por refletir discursivamente sobre as matrizes motivadoras e/ou impasses no uso do vocabulário controlado e a segunda por transcrever essa análise em gráficos e números.

Dalfo, Lana, Silveira (2008) elucidam que a pesquisa qualitativa, é uma pesquisa que não resulta questões numéricas, ela é caracterizada pelas informações adquiridas na pesquisa, sem demonstrativos numéricos.

Sobre a pesquisa quantitativa os autores fazem a seguinte consideração: “A coleta de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses”(DALFO; LANA; SILVEIRA;2008, p.7).

A existência de poucos estudos na área da Arquivologia que tratem a perspectiva dos usuários quanto ao uso de vocabulário controlado na realização da descrição de documentos, motivaram o desenvolvimento deste.

## 2 DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

A Ciência da Informação é reconhecida como o campo que integra em suas discussões e estudos elementos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Os objetos que essas ciências tratam singularizam as suas preocupações e abordagens. O período Pós-custodial refletiu nessas 3 (três) últimas áreas a necessidade de fornecerem o acesso e a recuperação de seus itens informacionais. Para tanto, foram desenvolvidos com o apoio da Ciência da Informação, conceitos, métodos e normas que os viabilizassem.

A linguagem documentária é reconhecida pela Ciência da Informação, como um instrumento que contribui para a organização da informação e oportuniza o acesso e recuperação dos itens informacionais. Kobashi (2007) enfatiza que a linguagem documentária é:

normalmente composta por um conjunto limitado de termos denominados “descritores” – prescreve as formas de entrada e de busca a serem utilizadas pelo indexador ou pelo usuário, num sistema documentário. Por ser assim constituído, tal instrumento integra elementos resultantes de escolhas feitas em um universo lexical amplo. Suas unidades têm origem tanto em Linguagens de Especialidade, como na linguagem de uso corrente e nas Terminologias de área (KOBASHI, 2007, p. 18).

Identifica-se através da definição de linguagem documentária de Kobashi (2007, p.18) similaridade com o conceito de descrição arquivística adotado no campo da Arquivologia (área de interesse do presente artigo). Silva, Sousa e Bandeira (2012) ressaltam que:

A Descrição Arquivística tem a intenção de identificar e esclarecer o contexto e o conteúdo de documentos, com a finalidade de promover um benéfico acesso aos arquivos de um modo geral. Por meio dos instrumentos de pesquisa, a descrição arquivística caracteriza os documentos de arquivo quanto a sua gestão, identificação e localização (SILVA; SOUSA; BANDEIRA, 2012, p. 131).

Complementando a definição de descrição arquivística apresentada, Barros (2016, p.36) explica que a mesma significa “escrever sobre o material arquivístico e abarca as ideias de representação, identificação e organização.”.

O final da década de 1980 foi significativa para normalização da descrição arquivística, pois o Canadá que ainda desenvolvia as suas normas com o patrocínio do *National Council on Archives/Conseil National des Archives*, propôs ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA), originar as normas internacionais de descrição arquivística.

Publicado em 1994, o primeiro trabalho desenvolvido pela comissão de normalização

foi o International Council On Archives - ISAD(G), contemplando documentos de qualquer suporte “respaldada em procedimentos metodológicos já implementados, bem como definindo um universo de elementos de descrição para registro de informações tradicionalmente recuperadas.” (NOBRADE, 2006, p.8). Obtendo o a finalidade de padronizar e definir os itens necessários em uma descrição

Suplementandoo ISAD(G), em 1996 foi lançada a norma ISAAR(CPF) a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias.

O Arquivo Nacional brasileiro publicou a sua primeira edição das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) em 1998, distribuindo gratuitamente pelo país e promovendo eventos para discuti-las, especialmente ao que se referia a ISAD(G), a qual sua revisão iniciava. O Brasil foi instituído membro das discussões de revisão da ISAD(G), esta participação repercutiu na criação da NOBRADE.

A Norma Brasileira de Descrição Arquivista (NOBRADE), adequou a ISAD(G) e ISAAR(CPF) para a realidade brasileira viabilizando os arquivistas a se pautarem em normas nacionais.

Esta norma estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária. (NOBRADE, 2006, p.10)

As normas para descrição de documentos arquivísticos, através da padronização da descrição, pretendem assegurar a qualidade quanto ao trabalho técnico, contribuindo na contenção dos recursos e no aperfeiçoamento das informações recuperadas.

A NOBRADE (NOBRADE, 2006, p.11), estrutura a norma de descrição em 8 (oito) áreas, sendo elas: Área de identificação; Área de contextualização; Área de conteúdo e estrutura; Área de condições de acesso e uso; Área de fontes relacionadas; Área de notas; Área de controle da descrição; Área de pontos de acesso e descrição de assuntos.

Para embasar teoricamente o objetivo desta pesquisa, destaca-se a oitava área que trata de pontos de acesso e descrição de assuntos.

A mesma objetiva auxiliar na recuperação de conteúdo através de índices fundamentados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário. A entidade que detém a custódia é responsável pela identificação de outros pontos além dos elementos de descrição

obrigatórios (multinível), e seleção dos itens de descrição que serão objeto de indexação.

Este elemento de descrição exige estudo, definição e avaliação periódica por parte da entidade custodiadora quanto à política empreendida para recuperação sistêmica das informações e à política de indexação de assuntos. [...] Para indexar os assuntos presentes nas unidades de descrição, extraia os termos em linguagem natural, transformando-os em linguagem controlada, de modo a construir um vocabulário controlado (NOBRADE, 2006, p.59).

Sendo assim, a NOBRADE orienta a construção e a utilização de vocabulário controlado para a realização da descrição e indexação<sup>4</sup> de documentos.

Identificado como um ponto de acesso que permite a comunicação entre o usuário e o documento, o vocabulário controlado também é reconhecido como um meio para a organização e recuperação de documentos, promovendo confiança no sistema (SMIT; KOBASHI, 2003).

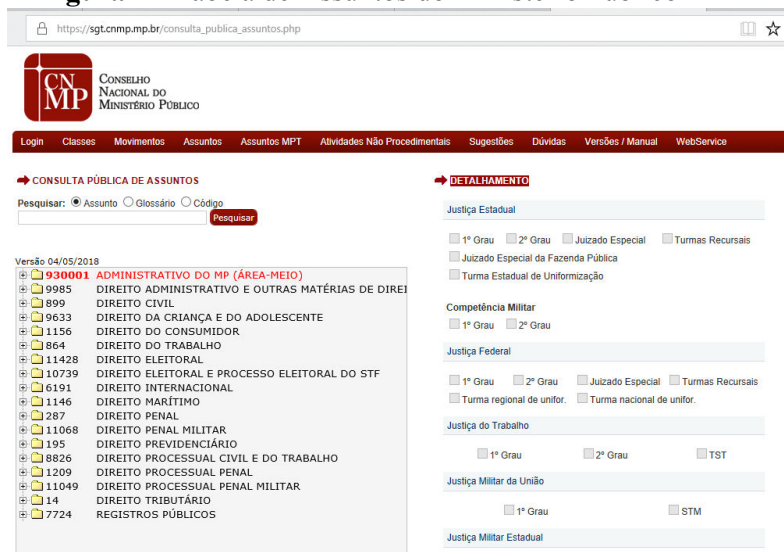
Em face do contexto apresentado sobre a descrição arquivística, indexação e vocabulário controlado. Evidencia-se a Tabela de Assuntos do Conselho Nacional do Ministério Público, sendo ela “usada para padronizar a nomenclatura das diversas matérias e temas discutidos nos processos judiciais e nos procedimentos extrajudiciais” (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013, p.11). As conceituações apresentadas nos influenciam a interpretar essa tabela como sendo um instrumento de controle terminológico que possui vocabulário controlado.

Considerando a Tabela de Assuntos (a qual pode ser visualizada através do site do Conselho Nacional do Ministério Público, como apresente a Figura 1) um vocabulário controlado, e reconhecendo sua validade na descrição arquivística, pautamos a presente pesquisa.

---

<sup>4</sup>“Processo no qual se escolhe o termo ou os termos mais adequados para descrever o conteúdo de um documento. (BAPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010, p.69)”.

**Figura 1 - Tabela de Assuntos do Ministério Público**



The screenshot displays the 'CONSULTA PÚBLICA DE ASSUNTOS' interface. At the top, there is a search bar with the URL 'https://sgt.cmp.mp.br/consulta\_publica\_assuntos.php'. Below the search bar, the logo of the Conselho Nacional do Ministério Público is visible. The main content area is divided into two columns. The left column, titled 'CONSULTA PÚBLICA DE ASSUNTOS', contains a search bar with radio buttons for 'Assunto', 'Glossário', and 'Código', and a 'Pesquisar' button. Below this is a list of subject areas, each with a small icon and a number, such as '930001 ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO)', '9995 DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO', '899 DIREITO CIVIL', '9633 DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE', '1156 DIREITO DO CONSUMIDOR', '864 DIREITO DO TRABALHO', '11428 DIREITO ELEITORAL', '10739 DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL DO STF', '6191 DIREITO INTERNACIONAL', '1146 DIREITO MARÍTIMO', '287 DIREITO PENAL', '11068 DIREITO PENAL MILITAR', '195 DIREITO PREVIDENCIÁRIO', '8826 DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO', '1209 DIREITO PROCESSUAL PENAL', '11049 DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR', '14 DIREITO TRIBUTÁRIO', and '7724 REGISTROS PÚBLICOS'. The right column, titled 'DETALHAMENTO', contains several sections with checkboxes for filtering: 'Justiça Estadual' (1º Grau, 2º Grau, Juizado Especial, Turmas Recursais, Juizado Especial da Fazenda Pública, Turma Estadual de Uniformização), 'Competência Militar' (1º Grau, 2º Grau), 'Justiça Federal' (1º Grau, 2º Grau, Juizado Especial, Turmas Recursais, Turma regional de unifor., Turma nacional de unifor.), 'Justiça do Trabalho' (1º Grau, 2º Grau, TST), 'Justiça Militar da União' (1º Grau, STM), and 'Justiça Militar Estadual'.

**Fonte:** site do Conselho Nacional do Ministério Público

O estreitamento entre o sujeito e o documento desejado pode existir mediante a eficiência dos recursos que dão suporte para a realização da atividade de Representação da Informação. A utilização da tabela de assuntos é um exemplo, a adoção desta influencia nas possibilidades de termos que podem ser representativos, os assuntos escolhidos para indexar devem contribuir para busca e colaborar com a recuperação da informação. Com isso, o recurso (tabela de assuntos), dá suporte a atividade de representar a informação (indexação), refletindo na recuperação e uso da informação.

Admitindo que a descrição arquivística e o instrumento de controle terminológico são artefatos que objetivam facilitar as atividades dos usuários de arquivo, no próximo tópico, apresentam-se discussões teóricas sobre esses elementos que configuram o objeto central da pesquisa.

### 3 USUÁRIO E USO DA INFORMAÇÃO

Na Arquivologia, assim como na Ciência da Informação, distintos estudos são desenvolvidos com vistas a contribuir para a área do conhecimento e para a sociedade. Nesse entendimento, o viés de interesse para o desenvolvimento desta pesquisa está relacionado aos estudos de usuários.

Silva, Fujita e Dal' Evedove (2009, p.283) salientam que na Arquivologia existe “[...] a necessidade de um olhar atento para os estudos que focam as abordagens que integram

aspectos humanos e tecnológicos desenvolvidos há décadas pela CI no campo da RI.”.

Fonseca e Jardim (2004) também relata a pouca expressividade científica no que concerne aos estudos de usuários no campo da Arquivologia. Para Arquivologia, o usuário é a “pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.169).

No entanto, concordamos com Pires (2004, p.7) quanto a definição de que usuário é tanto o “especialista que interroga uma base de dados como aquele que solicita um serviço [...]”.

Os usuários também podem ser identificados como externos e internos. A diferença entre os dois está relacionada ao vínculo que possuem com o a instituição detentora do arquivo. Enquanto o primeiro recorre a entidade para pesquisar algum documento; o segundo produz, organiza, pesquisa, gerencia, elimina e desenvolvendo essas e outras atividades exercidas no interior de instituições relacionadas ao arquivo.

“O foco nos usuários internos é importante devido à natureza de suas necessidades específicas” (BALBINO; ROCHA, 2016, p.6). Esses sujeitos possuem questionamentos quanto ao uso do arquivo, quando suas dificuldades são eliminadas, o acesso e uso dos documentos tornam-se eficientes.

Nesse sentido, com o passar dos anos as perspectivas sobre os usuários da informação foram ampliadas, haja vista as diversas demandas que ampliam as possibilidades de análises sobre os sujeitos.

Cunha, Amaral e Dantas (2015) ressaltam a possibilidade de três tipos distintos de abordagens para analisar os usuários, as quais são: Abordagem Tradicional, Abordagem Alternativa e Abordagem Social. A Abordagem Tradicional centra seus interesses nos sistemas. Nesse sentido, as preocupações e as análises estavam associadas às dificuldades e usos dos sistemas, sem estabelecer o foco nos usuários. Para tanto, tais estudos convergem com a tradição positivista e neles predominam questões quantitativas.

Abordagem Alternativa põe o usuário como o centro de suas análises, priorizando sua perspectiva no que concerne ao uso e à busca da informação, bem como na compreensão das necessidades informacionais desses sujeitos. A Abordagem Social, por sua vez, é caracterizada não por centralizar a pesquisa em um usuário, mas ampliar as suas inferências ao social, compreendendo que o sujeito está associado a outros indivíduos e isso afeta em seu comportamento em relação ao uso da informação (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015, p. 42)

No que diz respeito às necessidades informacionais, Salazar *et al.* (2007, p. 138,

tradução nossa) identificam a necessidade como “capacidade do ser humano para reconhecer a existência de uma incerteza; e informação como esse estímulo capaz de reduzi-lo”. Sendo assim, a necessidade informacional está relacionada à carência do sujeito sobre uma informação específica a qual lhe é inexistente.

Neves e Andrade (2012, p. 55) esclarecem que a necessidade informacional reverbera em “todas as pessoas que, num determinado momento, seu conhecimento se torna insuficiente para elucidar algum impasse, seja de ordem formal ou informal, como algum questionamento em seu cotidiano.”

Araújo (2009, p.200) identifica o final da década de 1970 como propulsor das abordagens que enfatizam o usuário e destaca que “A entrada em cena dos estudos de usuários recoloca os sujeitos em perspectiva”.

A abordagem Alternativa distancia o interesse em suprir as lacunas dos sistemas e aproxima suas análises no que concerne ao usuário e as suas particularidades. Choo (2003) define o uso da informação como um componente para o preenchimento do vazio informacional gerado pela situação, ressaltando que “pelo modo como as pessoas percebem seus vazios cognitivos e como desejam informações para ajudá-las, pode-se prever seu comportamento de busca e uso da informação (CHOO, 2003, p.87)”.

Sobre esse viés conceitual o presente artigo foi desenvolvido. Através da análise dos dados obtidos no questionário aplicado na PR/PB nos aproximamos de algumas questões que concernem ao uso do vocabulário controlado pelos usuários internos do Órgão. Alinhados com a abordagem alternativa, buscou-se compreender questões pertinentes à perspectiva dos sujeitos.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

Neste tópico desdobraremos o percurso metodológico que contribuiu no direcionamento da pesquisa.

Saracevic (1996, p. 41) ressalta que “Um campo é definido pelos problemas que são propostos”. A problemática da presente pesquisa foi incitada pela existência do vocabulário controlado para fins de cadastramento de conteúdos processos jurídicos e extrajudiciais na Procuradoria da República.

A Procuradoria da República em 1º de dezembro de 2010 divulgou a Resolução Nº 63, a qual apresenta o desenvolvimento das Tabelas Unificadas do Ministério Público. O objetivo do desenvolvimento dessas foi a:

**padronização e uniformização taxonômica e terminologia de classes, assuntos e movimentação processual judicial/extrajudicial**, nas unidades do Ministério Público da União [...]. A partir da data da implantação das tabelas unificadas, todos os feitos novos, judiciais, extrajudiciais e expedientes de gestão administrativa, com tramitação nas unidades do Ministério Público **deverão ser cadastrados de acordo com as tabelas unificadas, de classes, assuntos e movimento.** [...] As unidades do Ministério Público da União e dos Estados, observadas as respectivas condições tecnológicas, adaptarão os seus sistemas internos a fim de possibilitar a migração automática das classes e **assuntos dos processos** e procedimentos em andamento, preservados os registros originais para eventual consulta (BRASIL, 2010, p.2-3, grifo nosso).

O desenvolvimento dessas tabelas foi realizado através de um grupo constituído por 26 funcionários do Ministério Público, dentre eles: 1 Arquivista, 9 Promotores de Justiça e outros funcionários de competências distintas como Analista Processual, Departamento de Tecnologia da Informação, Procurador da República, Procurador do Trabalho, dentro outros<sup>5</sup>.

Percebemos que a implantação das tabelas unificadas resultou na padronização de classes e assuntos, que cotejando com a terminologia utilizada na Arquivologia, essa será conceituada como um vocabulário controlado, que contribui para a atividade de descrição arquivística.

A tabela de assuntos foi integrada no sistema utilizado pelo órgão o qual é nomeado de Único. Sobre ele, a Portaria PGR Nº 252 de 1º de Junho de 2009 diz que a importância do software reflete “na gestão, armazenamento, consolidação e recuperação do acervo de informações do Ministério Público Federal;”.

O sistema contém a capacidade de centralizar funcionalidades de outros sistemas utilizados pelo órgão. Como o sistema Processo Judicial Eletrônico – PJE, utilizado pela Justiça Federal, instituição essa que comunica diretamente com a Procuradoria da República. Através do sistema Único, as duas autarquias acessam e compartilham a uma mesma ação judicial, contudo cada órgão desenvolve atividades distintas para a resolução das causas.

A Tabela de Assuntos, que é um vocabulário controlado, nos suscitou a curiosidade sobre como o seu uso repercutiu nos funcionários que as operam com mais frequência. Para isso tivemos que delimitar o *locus*, já que o órgão é de caráter nacional.

Fizemos um recorte selecionando a Procuradoria da República no Estado da Paraíba – (PR/PB), a escolha está relacionada com a proximidade geográfica com a instituição, já que as autoras residem no mesmo estado, viabilizando a realização da pesquisa.

Nosso universo é composto por 6 (seis) servidores pertencentes aos setores: criminal,

---

<sup>5</sup> Dados retirados do: Manual das Tabelas Unificadas do Ministério Público (2013).

civil e extrajudicial<sup>6</sup>. A escolha desses sujeitos foi influenciada pelas atividades que desenvolvem em suas respectivas esferas. Além de lidar com o envio e recebimento de documentos, os mesmos também realizam o cadastramento no sistema, o que os define como indexadores, estabelecendo-os como leitores proficientes (NEVES, 2004, p. 55), aptos a efetuarem a busca de documento mediante a leitura do mesmo.

A proximidade com os funcionários da Procuradoria da República no Estado da Paraíba que participaram da pesquisa deu-se através do Coordenador Jurídico do órgão, através desse indivíduos, nos aproximamos da vivência do campo empírico, podemos “também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz a pesquisa social.” (MINAYO, 2009, p. 62) .

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a técnica de questionário estruturado. Mediante o recurso “Formulário Google” fornecido pelo Google, esse questionário foi desenvolvido e distribuído para os e-mails dos sujeitos que aceitaram participar. Foram necessários 15 (quinze) dias no mês de novembro de 2017 para todos os indivíduos responderem.

A análise dos dados deu-se através do método descritivo, pois “consiste em descrever situações, acontecimento e feitos, isto é, dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno.” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p.100).

Apesar de o método descritivo contribuir na análise dos dados, fazendo possível a interpretação das impressões dos sujeitos quanto ao uso do vocabulário controlado. Também,foi necessário utilizar a metodologia quali-quantitativa. A qualitativa permitiu a análise reflexiva e discursiva sobre os dados, já a quantitativa auxiliou o enriquecimento interpretativo através da utilização de gráficos e números.

O percurso metodológico amparou a obtenção dos resultados motivados pelo questionamento da pesquisa. O próximo tópico explanará os resultados obtidos através da análise dos questionários aplicados.

## **5 RESULTADOS DA PESQUISA**

Os resultados da presente pesquisa são divididos em duas vertentes. O primeiro, trata-se do conhecimento do perfil dos sujeitos da pesquisa (5.1). Nesse subseção são identificadas

---

<sup>6</sup>O total de funcionários pertencentes a estes setores resulta em 8, porém 2 estavam de férias no período em que o questionário foi aplicado.

as características dos participantes enquanto indivíduos. A segunda subseção (5.2), por sua vez, refere-se a análise do uso da tabela de assuntos pelos sujeitos da pesquisa. Nela são apresentadas as perspectivas dos usuários quanto ao uso da tabela de assuntos. Essas duas subseções auxiliaram a suprir o questionamento apresentado na introdução deste trabalho.

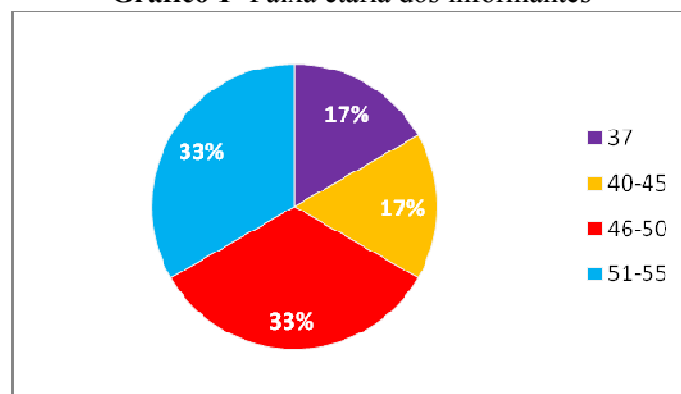
## 5.1 PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para traçar o perfil dos servidores que usam a tabela, buscou-se identificar a idade e a escolaridade dos mesmos.

No que concerne à faixa etária, como é possível identificar no Gráfico 1, todos possuem entre 37-55 anos. A idade é um importante fator para essa análise, pois se constitui em uma variável que pode interferir na capacidade de compreensão, interação e uso da tabela de assunto por parte dos sujeitos da pesquisa, podendo configurar um impasse para a execução da recuperação da informação.

Como Santos, Scarabotto e Matos (2011) mencionam, os imigrantes digitais são aquelas pessoas que não obtiveram o contato com as Tecnologias de Informação e Comunicação. Já os nativos digitais, enquanto crianças já se aproximavam dessa realidade, e são identificados como os nascidos após os anos 80. O nível de proximidade e interação com a tecnologia pelos nativos digitais é mais estreito que os imigrantes digitais.

**Gráfico 1** -Faixa etária dos informantes



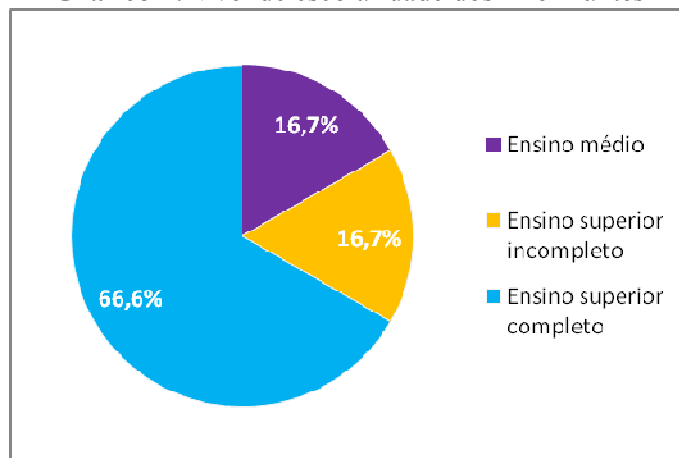
**Fonte:** Elaborado pelas autoras

Em relação à escolaridade, buscou-se identificar se algum profissional possuía a graduação em Biblioteconomia, Arquivologia ou Pós-Graduação em Ciência da informação. Essas três áreas lidam com questões pertinentes à representação, à recuperação, ao acesso e ao uso da Informação. Outro elemento chave observado é se os sujeitos da pesquisa tinham

graduação na área de Direito, já que os assuntos colocados na tabela de assuntos em questão são especializados e todos pertencentes à linguagem jurídica.

Com base nessa perspectiva, observou-se que apenas 16.7% (1 respondente) tem o ensino médio completo, como demonstra o Gráfico 2. 66.6% (4 respondentes) possuem graduação, são eles: 3 graduados em Direito e 1 bacharel em Administração; e 16.7% (1 sujeito) da pesquisa não concluiu o ensino superior (cursou Direito, mas não finalizou).

**Gráfico 2:** Nível de escolaridade dos informantes

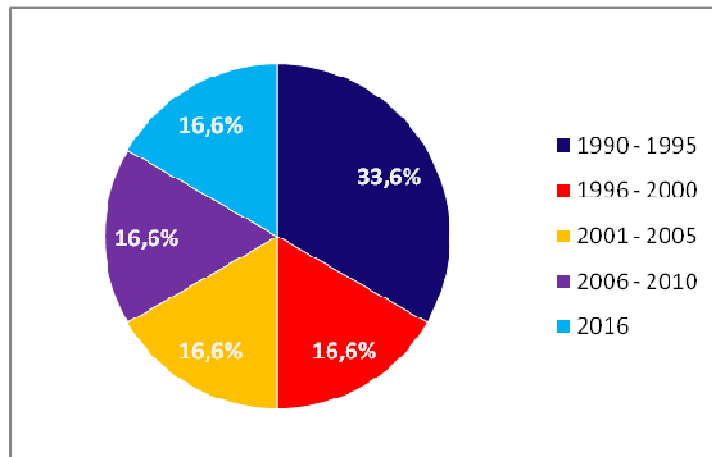


**Fonte:** Elaborado pelas autoras

Para refinar a pesquisa e tentar identificar se a tecnologia é algo que os respondentes não acessam costumeiramente, foi questionado desde quando esses sujeitos usam ou acessam os computadores fora do ambiente de trabalho e qual é a frequência desse uso atualmente. Sobre a primeira pergunta, 33,6 % (2 respondentes) afirmaram que desde 1990-1995; e 16,6% (1 sujeito) alegou que iniciou em 2016. As demais respostas estão expostas no Gráfico 3, porém, todas elas indicam anos posteriores a 1980, convergindo com a identificação de imigrantes digitais.

Esse cenário nos influencia a interpretar que a tecnologia computacional pode (neste caso específico) se prestar como uma barreira para a atividade de descrever os documentos, uma vez que essa operação é realizada através de um *software* de computador. Além disso, observou-se que o hábito de lidar com a tecnologia não esteve presente em todo o percurso de vida dos sujeitos.

**Gráfico 3** - Período que começaram a ter acesso ou usar o computador fora do ambiente de trabalho



**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2018.

Sobre a frequência que utilizam o computador fora do ambiente de trabalho, 33,33% dos sujeitos (2 pessoas) afirmaram que não utilizam diariamente, mas quando o faz executam diversas atividades. Essa resposta demonstra que os mesmos lidam com objetivos distintos, com isso, os seus conhecimentos não são limitados e/ou aplicados a uma atividade específica. A prática de manusear distintas facetas nessas tecnologias viabiliza o domínio do seu uso.

Divergindo dos referidos sujeitos, outros 2 respondentes (33,33%) recorrem ao computador para questões específicas, impossibilitando a ampliação de seus conhecimentos sobre as possibilidades e manuseios. 33,33% (outros 2 respondentes) afirmaram que já utilizaram bastante, porém, hoje o celular *smartphone* supre suas necessidades, deslocando os sujeitos da convivência e interação com computadores fora do ambiente de trabalho.

Utilizar o computador também é um importante fator, já que ele é o meio que possibilita o uso da tabela de assuntos e promove a capacidade de cadastrar processos judiciais e extrajudiciais. Por serem imigrantes digitais e não utilizarem com frequência computadores fora do ambiente de trabalho, a comunicação e interação dos sujeitos com essa tecnologia fica restrita, aumentando a possibilidade de existirem dificuldades.

As questões apresentadas nos demonstra a possibilidade de existirem barreiras no processo de indexar, recuperar e acessar as informações. Como vimos, o ato de representar a informação é complexo e exige do indexador domínio sobre os termos que compõem o vocabulário controlado, caso o sujeito não o tenha, dificuldades podem surgir tanto para indexar quanto para buscar e recuperar documentos.

## 5.2 ANÁLISE DE USO DA TABELA DE ASSUNTOS PELOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nas questões seguintes vamos averiguar indagações que tratam da perspectiva dos sujeitos quanto ao uso da tabela de assuntos, foco da presente pesquisa.

Quase todos os respondentes identificaram 1 ou mais benefícios oriundos da tabela de assuntos. Nesse entendimento, eles relataram que:

- “A tabela de Assuntos facilita a distribuição por ofício, conforme matéria a ser abordada.”;
- “A padronização permite que os processos sejam indexados de maneira mais organizada, resultando na eficácia da movimentação processual”;
- “A tabela de assuntos consiste em uma ferramenta facilitadora nas atividades desenvolvidas, repercutindo na celeridade, possibilitando eficiência no acesso aos processos.

Outra pergunta apresentada no instrumento de coleta de dados foi acerca das possíveis dificuldades em relação ao uso da Tabela de Assuntos. 100% dos funcionários da PR/PB que responderam o questionário não mencionaram dificuldades para usar a tabela de assuntos. Um dos informantes associou tal fato ao tempo que lida com tal ferramenta, como pode ser observado através do relato de um deles: “Não encontro dificuldades, após anos de cadastro acho os assuntos com facilidade.”.

Desses 100% (6), 33.3% (2 duas pessoas) disseram que o uso da Tabela de Assuntos faz com que desempenhem o cadastramento de processos de forma demorada, porém, não relataram dificuldades quanto aos termos presentes na tabela, estrutura da mesma ou algo semelhante.

Outra questão visou contemplar a opinião dos sujeitos da pesquisa de maneira específica, quanto suas impressões à adoção da Tabela de Assuntos no processo de indexação, para fins de cadastramento dos processos judiciais e extrajudiciais.

Dos 6 respondentes, 83.3% (5 respondentes) identificaram nesta adoção algo positivo, sendo que 16.7% (1 sujeito) respondeu da seguinte maneira: “Não, apesar de a sua implantação pretender promover melhorias, não identifiquei nenhum fator positivo na instituição da tabela de assuntos”. Além disso, observou-se que o informante sublinhou a palavra “extrajudiciais” que continha no questionamento apresentado - o que possivelmente indica que tal resposta se tratava dos processos extrajudiciais.

Uma das implicações da Descrição Arquivística é a Recuperação de Documentos. Como os servidores do PR/PB que responderam o questionário tanto indexam quanto buscam

os documentos, indagamos sobre as inferências da tabela de assunto para a recuperação de processos judiciais e extrajudiciais.

Dentre os usuários, 4 deles(66,7%)afirmaram que utilizam a tabela de assuntos para refinar a busca, agregando informações a outros campos para recuperação da informação. Outras 2 (33,3%) pessoas não concordaram que a tabela de assuntos auxilia na recuperação de documentos, porém uma destas reconhece que para a indexação dos processos, a tabela de assuntos colabora.

Buscamos compreender a visão dos sujeitos acerca das implicações positivas ou negativas do uso da tabela de assuntos nas atividades desenvolvidas pelo Órgão. Dos 6 respondentes, 5 (83,3%) apresentaram as seguintes implicações positivas: a contribuição da tabela de assuntos para a distribuição direcionada em relação a matéria; benefícios repercutindo tanto nos setores abarcados pela instituição, como nos membros e servidores e no atendimento a sociedade. Contudo, 1 (16,7%) usuário continuou afirmando que não resultou positivamente no desenvolvimento das atividades da PRPB.

Os dados obtidos através do Questionário aplicado demonstrou o perfil dos respondentes, assim foi possível compreender um pouco as particularidades existentes em cada sujeito ampliando nossa compreensão sobre quem são os usuários da Tabela de Assunto. Outrossim, foram identificadas as perspectivas desses sujeitos em relação ao uso da tabela de assuntos no âmbito da Procuradoria em questão.

Convergindo com os estudos alternativos, foi possível averiguar a interpretação dos sujeitos sobre o uso do vocabulário controlado como uma ferramenta que oportuniza a indexação e/ou a busca e recuperação informacional. A importância da tabela de assuntos apresentada pela maioria dos respondentes converge com a intenção do vocabulário controlado, apresentada na revisão da literatura.

Porém, como Choo (2003) apresenta, o uso informacional está relacionado ao preenchimento do vazio do usuário, como houve respondentes que identificaram inviabilidade do uso da tabela de assuntos, possivelmente, estes possuem necessidades informacionais que precisam ser sanadas para que estes impasses possam ser revertidos, motivando o seu uso na indexação e/ou recuperação informacional.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, acredita-se que os objetivos da presente pesquisa foram alcançados. No transcorrer da revisão da literatura, foram apresentadas reflexões teóricas sobre a Descrição de Documentos Arquivísticos, Vocabulário Controlado, Indexação e Usuários. Vimos que o vocabulário controlado é considerado como uma ferramenta viável para a descrição arquivística e influencia os usuários na atividade de busca, recuperação e uso de documentos.

A aplicação do questionário estruturado possibilitou a compreensão do perfil dos sujeitos e quais são suas impressões quanto ao uso da Tabela de Assuntos.

Através da análise dos dados, concluímos que os respondentes são imigrantes digitais, e alguns não utilizarem o computador com frequência fora do ambiente de trabalho. Podendo gerar empecilhos, quanto ao uso da Tabela de Assuntos, devido o acesso ao mesmo ser realizado através do manuseio do hardware (computador) e software (sistema Único).

O fato de 50% (cinquenta por cento) dos respondentes não serem bacharéis em Direito, pode influenciar nas dificuldades do uso do vocabulário controlado, haja vista que a Tabela de Assuntos também lida com termos específicos da área jurídica.

Elucidamos que a maioria dos servidores que responderam o questionário identificam vantagens quanto ao uso do vocabulário controlado, sendo motivados a utilizar devido a sua capacidade de facilitar nas atividades de indexação e recuperação por assunto dos documentos.

Porém, houve aqueles que demonstraram insatisfações, relatando que a Tabela de Assuntos não contribuiu na indexação, recuperação de documentos ou até mesmo em ambos. O que nos leva a interpretar que os impasses do uso da referida tabela pelos sujeitos podem ser oriundos de algumas lacunas quanto ao conhecimento dos termos presentes no vocabulário controlado, já que nem todos possuem graduação em Direito e os termos são específicos dessa área, ou dificuldades em manusear o sistema, por serem imigrantes digitais.

Esta análise refletiu os preceitos dos estudos de usuários alternativos, pois vislumbramos que cada ser humano possui suas particularidades as quais refletem necessidades distintas, repercutindo em suas impressões nas atividades desenvolvidas. Sendo assim, sugerimos treinamentos aos que não identificam vantagens na implantação ou uso da Tabela de Assuntos na indexação e/ou recuperação de documentos. Como também, diálogos desses sujeitos e os gerenciadores da Tabela para possíveis melhorias, extinguindo as dificuldades que cada um possui.

Também nos levou a ponderar e questionar. Quais são as lacunas existentes no uso do vocabulário controlado por esses sujeitos que identificaram pontos negativos? Apesar de supormos que as barreiras quanto ao uso da Tabela de Assuntos estejam associadas ao fato de nem todos os sujeitos serem bacharéis em direito e imigrantes digitais. Nos questionamos e propomos um aprofundamento quanto a compreensão sobre, o que influencia para que um identifique viabilidade no uso da Tabela de Assuntos e o outro não? Estes questionamentos não serão respondidos agora, porém, através destas, propomos novas pesquisas para o enriquecimento dos estudos de Descrição de Documentos Arquivísticos e Usuários na Arquivologia e Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. V. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações institucionais e teóricas. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 6, n. 2, 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.** Brasília, DF, vol.38 n.3 set./dez. 2009. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652009000300013&lng=pt&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000300013&lng=pt&tlng=en)>. Acesso em: 29jan. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, nº 51).

BALBINO, G. M. S. Estudo de usuário interno em serviços de arquivos de recursos humanos: avaliação da qualidade de serviços e necessidades de informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em:  
<<http://www.brapci.inf.br/v/a/23611>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JR., Rogerio Henrique de; CARLAN, Eliana. Atributos dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). In: Jaime Robredo e Marisa Bräscher (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento – EROIC**. Brasília DF: IBICT, 2010. 335 p.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [s.l.], v. 21, n. 46, p.33-44, 28 abr. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n46p33>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL, Portaria nº 252, de 01 de junho de 2009. Cria grupos de trabalho para auxiliar o desenvolvimento, conversão de informações e implantação do Sistema Único. **Ministério Público Federal**. Disponível em:  
<<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/20671/PORTARIA%20PG>>

R%20N%20252-2009.pdf?sequence=4&isAllowed=y >. Acesso em: 01 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 63, de 1 de dezembro de 2010.** Cria as Tabelas Unificadas do Ministério Público e dá outras providências. Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-0631.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CHOO, C. W. A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

Conselho Nacional do Ministério Público. **Manual das Tabelas Unificadas do Ministério Público**. Brasília : CNMP, 2013. 32 p.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo, SP: Atlas, 2015. 448p.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13. Disponível em: <<http://rica.unibes.com.br/index.php/rica/article/viewArticle/243>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FONSECA, Maria Odila; JARDIM, José Maria. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Data Grama Zero:** revista de Ciência da Informação, Brasília: IBICT, v.5, n.5, out.2004.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.6-19, jan/abr.2006.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramZero**– Revista de Ciência da Informação. v. 8, n. 6, dez/07.

MINAYO, M. C. de Souza. Trabalho de campo, contexto de observação, interação e descoberta. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-77.

NEVES, Dulce Amélia B. ; ANDRADE, Wendia O. Usuários da informação jurídica: quem são e como funciona o fluxo informacional no âmbito do Arquivo da Justiça Federal da Paraíba (JFPB). **Biblionline** (João Pessoa), v. 8, p. 55-64, 2012.

NEVES, Dulce Amélia de Brito. **Aspectos metacognitivos na leitura do indexador**. 2004.130 f. Tese (Doutorado em ciência da informação)– Escola de ciência da informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PIRES, Maria Matilde Kronka Dias Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: Edufscar, 2004. 48 p. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/12/usuarios-e-usuarios-da-informacao.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SALAZAR, Patricia Hernández et al. Análisis de modelos de comportamiento en la búsqueda de información. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 136-146, jan./abr. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a10v36n1.pdf>>. Acesso em 30 jan. 2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Tipos de Pesquisa. In: \_\_\_\_\_.  
**Metodologia da Pesquisa**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. p. 96-115.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.41-62, 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 29jan. 2018.

SILVA, I.O.S.; FUJITA, M.S.L.; DAL'EVEDOVE, P.R. **A relação entre Arquivística e Ciência da informação na sociedade pós-moderna**. Ibersid, p.281-289, 2009.

SILVA, M. R. B.; SOUSA, D. E. L.; BANDEIRA, P. M. A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de arquivologia da ufpb. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.brapi.inf.br/v/a/20534>>. Acesso em: 05 Jun. 2018.

SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para a aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Como fazer, 10).